

**PUBLIC POLICIES FOR HIGHER EDUCATION:
Weaknesses in the Assessment and Limitation on the Competitiveness of Students**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR:
Fragilidades Na Avaliação E Limitação Na Competitividade Dos Estudantes**

Lindomar Pinto da Silva - Corresponding author

*Affiliation: Universidade Salvador-UNIFACS- Professor titular- Programa de Pós-graduação em Administração-Mestrado em Administração e Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana- Bahia
Rua Adenil Falcão, 1823, Feira de Santana-Bahia- Brasil- CEP 44.088.744
Email: Lindomar.silva@pro.unifacs.br*

Luciana Freitas Costa dias

*Affiliation - Universidade Salvador-UNIFACS- Programa de Pós-graduação em Administração-Mestrado em Administração- Mestranda
Rua Juracy Magalhães Neto,222, Ponto Central, CEP 44032.620- Feira de Santana – Bahia – Brasil*

Miguel Angel Rivera Castro

*Affiliation: Universidade Salvador-UNIFACS- Professor titular- Programa de Pós-graduação em Administração-Mestrado em Administração e Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana- Bahia -
Rua Juracy Magalhães Neto,222, Ponto Central, CEP 44032.620- Feira de Santana – Bahia – Brasil*

Janayna Souza Silva

*Affiliation - Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana- Bahia
Rua Juracy Magalhães Neto,222, Ponto Central, CEP 44032.620- Feira de Santana – Bahia – Brasil*

RESUMO

Este artigo discute o processo de avaliação das políticas públicas de ensino superior no Brasil problematizando a capacidade de as IESs contribuírem para igualar oportunidades de estudantes de baixa renda. Foram utilizadas análise documental e questionário com 527 estudantes e 81 egressos. Os resultados indicam aumento significativo de investimentos em políticas públicas de ensino superior, mas não há aumento na qualidade das IESs que são beneficiadas por estas políticas. Além disso, os respondentes percebem que governo e sociedade não contribuem com o processo de avaliação dificultando a melhoria da qualidade, gerando baixa inserção profissional dos estudantes destas IESs.

Palavras-Chaves: *políticas públicas, ensino superior, avaliação*

ABSTRACT

This article discusses the process of assessing public policies higher education in Brazil questioning the capacity of higher education institutions (HEIs) contribute to equal opportunities for low-income students. Document analysis and questionnaire with 527 students and 81 graduates were used. The results indicate a significant increase in investments in public policies of higher education, but there is no increase in the quality of HEIs that are benefited by these policies. In addition, respondents perceive that government and society do not contribute to the evaluation process making it difficult to improve the quality, generating low employability of students of these HEIs.

Keywords: *public policy, higher education, evaluation*

INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro é composto por uma quantidade significativa de instituições de Ensino Superior (IESs) que se encarregam de tentar proporcionar aos estudantes o conhecimento necessário para que eles construam sua carreira profissional. Partindo deste pressuposto de que a educação superior fornece os elementos necessários para a carreira dos indivíduos, e baseando-se fortemente na ideia de que é preciso expandir a oferta de vagas nesta faixa da educação, o Brasil experimentou nos últimos anos, um crescimento exponencial na quantidade de IESs e de vagas no ensino superior. Entretanto, necessário se torna avaliar em que medida essa expansão tem sido acompanhada das condições que justificaram o seu crescimento.

É importante considerar que, juntamente com este movimento de expansão do ensino superior, nascem as políticas públicas na área de educação do ensino superior que serviriam para corrigir um problema histórico no Brasil em que o acesso ao nível superior da educação sempre foi um privilégio de classes mais ricas, enquanto as classes menos favorecidas limitavam, quando muito, às escolas técnicas ou no máximo ao ensino médio. Além disso, com as deficiências do ensino básico e médio, ainda mais difícil ficava para os indivíduos de classe baixa, o acesso ao nível superior caracterizado pela pequena quantidade de vagas, e apenas aqueles alunos oriundos de famílias de renda superior conseguiam êxito no vestibular, preenchendo as vagas nas universidades públicas, principalmente.

Sendo assim, é possível inferir que as políticas públicas para o ensino superior favoreceram o aparecimento de alguns fenômenos. Em primeiro lugar, o aumento exponencial das IESs privadas tendo como motivação a necessidade de ampliar a quantidade de vagas que eram reduzidas, o que dificultava o acesso de muitos estudantes ao nível superior. Em segundo lugar, a criação de novas universidades federais cujo objetivo ainda é a expansão das vagas, e a ampliação do número de universitários brasileiros. Em terceiro lugar, é possível perceber a criação de instrumentos que contribuíssem com o acesso dos estudantes de classes de baixa renda às vagas que foram criadas. Neste sentido, é possível listar as políticas públicas, materializadas no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni), e Educa Mais Brasil nas instituições privadas, bem como a instituição de cotas em instituições públicas.

Na contramão da expansão da oferta de vagas no ensino superior e do acesso de pessoas das diversas camadas da sociedade, principalmente daqueles de baixa renda, que sem as políticas públicas não conseguiriam ter acesso ao ensino superior, o mercado tem se ressentido da baixa qualidade da mão de obra que está sendo formada por esse batalhão de IESs. Vestibulares relativamente fáceis, deficiência do corpo docente, deficiências estruturais, baixo investimento em pesquisas, deficiências do próprio aluno e falta de um sistema mais efetivo de avaliação do ensino superior por parte do governo e da sociedade são fatores que contribuem para a situação atual de baixa qualidade do ensino superior, principalmente em regiões em que é difícil reunir melhores condições de oferta deste ensino.

Assim sendo, este trabalho objetiva discutir o processo de avaliação das políticas públicas de ensino superior no Brasil, para problematizar a capacidade de as IESs contribuírem tanto para igualar oportunidades para indivíduos de classes de baixa renda, como melhorar a competitividade do país. Para este objetivo, este trabalho se estrutura da seguinte forma: em primeiro lugar destaca-se esta introdução. Em seguida apresenta o referencial teórico que discute políticas públicas, dando ênfase àquelas destinadas ao ensino superior no Brasil. Em seguida apresenta a metodologia seguida da discussão dos dados. Por fim, apresenta as considerações finais, onde além das contribuições deste trabalho, destaca as suas limitações e sugestões de estudos futuros.

Referencial Teórico

O tema políticas públicas tem ganhado importância no contexto do Brasil principalmente pelas características que este país possui. Alta concentração de renda, grande quantidade de pessoas habitando as classes de baixa renda, situação de moradia, saúde, educação, e muitas outras do contexto destes indivíduos, obrigam o estado a direcionar parte de seu aparato para corrigir os problemas que sozinhos estes indivíduos não teriam nenhuma chance de resolver. É neste contexto que as políticas públicas ganham a dimensão que lhe é devida: tentar equilibrar o jogo em um mercado em que somente aqueles indivíduos com recursos suficientes são capazes de conquistar melhores espaços na sociedade.

Políticas públicas ganhou não somente importância em função das carências de parte significativa da sociedade, mas também pela diversidade de definições, características, tipologias que foram sendo construídas para explicar este fenômeno (Secchi, 2012). Diversas são as definições para o termo políticas públicas. Heidemann (2010) apresenta diversas definições a partir de autores como Easton(1953); Lasswell e Kaplan (1970), Friedrich (1963) e por fim, Dye (2005, p. 1), para quem o termo política pública deve ser apreendido como “tudo aquilo que os governos decidem fazer ou deixar de fazer”. Entretanto, registre-se que Secchi (2012) acredita que toda política pública deve ser intencional, o que obriga o governo “a fazer”, descaracterizando a ideia de “deixar de fazer” como uma política pública. Ainda segundo Secchi (2012) uma política pública deve ser definida da seguinte forma: “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. Logo, deve ser vista como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.” (Secchi, 2012, p. 1)

Além das definições do termo política pública, é preciso compreender que há diversas formas de conceber a expressão políticas públicas. Assim, é preciso cuidado pois ele incorpora definições, tipologias e etapas muito diferentes, dependendo de quem está tratando do termo. Por exemplo, Secchi (2012) destaca a existência de 5

tipologias para estudar as políticas públicas e sete etapas fazendo parte do ciclo das políticas. Por outro lado Heidemann (2010) considera haver apenas quatro etapas, a saber: a) fase de formulação: refere-se a decisões políticas tomadas para resolver problemas sociais previamente estudados; b) implementação, c) verificar se as demandas que justificaram a implementação da política foram resolvidas, e d) avaliar com vistas a sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade (Heidemann, 2020, p. 34).

Considerando que as políticas públicas se prestam para resolver problemas coletivos, é importante entender que no campo da educação superior, os problemas inicialmente apontados como fundamentais para a implementação das políticas públicas eram a falta de acesso de maior quantidade de pessoas nesse nível de escolaridade. Especialmente, as políticas serviriam para colocar em condições de igualdade aqueles indivíduos que pertencem a classes sociais de baixa renda, já que naturalmente as famílias ricas tendem a colocar seus filhos não só no ensino superior como nas melhores universidades, o que vai garantir a continuidade da classe social à qual pertencem estes indivíduos (Bourdieu, 2007).

Para minimizar os problemas mencionados de acesso restrito das pessoas das classes menos privilegiadas economicamente, o governo instituiu um conjunto de políticas públicas que procuram resolver os problemas já descritos. Neste sentido, as políticas públicas, ou ações destas decorrentes podem ser descritas abaixo:

- a) Expansão da oferta de vagas no ensino Superior público: financiamento de IESs privadas, abertura de novas universidades públicas e ampliação de vagas nas universidades públicas existentes (REUNI)
- b) Concessão de bolsas para estudantes de baixa renda para IESs privadas (PROUNI)
- c) Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)
- d) Reservas de vagas para estudantes egressos do ensino público em universidades públicas (Cotas raciais, sociais, indígenas)
- e) Educa mais Brasil

O governo brasileiro tem adotado sistematicamente medidas que promovem o acesso de mais pessoas ao ensino superior. Por isso a quantidade de estudantes de nível superior no Brasil tem aumentado significativamente nos últimos anos. As motivações são diversas e abrangem desde a busca de apoio político de uma classe média como teria ocorrido durante o regime militar, quando os militares em busca de apoio da classe média teriam facilitado a ampliação do número de IESs privadas (Catani, Hey, Gilioli, 2006), ou o mero atendimento de interesses econômico provenientes de instituições bilaterais como o Banco Mundial (Dourado, 2002).

A partir de 2004, com a implementação do REUNI, que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior, a meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação (Mec, 2014). Ele tem permitido a criação de novas universidades federais e a ampliação de vagas nas universidades existentes. Com isso, é possível entender como o governo compreende o problema da educação superior: uma mera questão de quantidade de pessoas que podem ser beneficiadas com este nível educacional.

O PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Alunos de escolas públicas ou aqueles que cursaram o ensino médio em escolas particulares mas com bolsa integral são os que podem se beneficiar destas bolsas de estudos. É importante considerar que muitos estudantes só conseguem efetivamente ingressar no ensino superior e nele permanecer se conseguirem obter as bolsas que são disponibilizadas pelo governo através deste programa (ZAGO, 2006). Por alcançar indivíduos de baixa renda, o programa pretende minimizar os efeitos decorrentes das diferenças de classes às quais pertencem os alunos de baixa renda. Neste sentido, também resolve-se o problema do acesso ao ensino superior para aqueles indivíduos que sua trajetória o levaria a manter-se muito próximo do que foram seus pais, no que diz respeito às possibilidades de sucesso de ingresso em um curso superior.

O FIES é destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em instituições não gratuitas (MEC, 2014). Ainda que de forma diferente do PROUNI, o FIES também procura resolver a questão do acesso de estudantes que dificilmente conseguiriam acessar o ensino superior por falta de recursos financeiros. Com este sistema, os estudantes conseguem acesso em IESs privadas já que não teriam tempo ou base suficiente para concorrer a uma universidade pública ou não teria recursos financeiros para pagar as mensalidades em uma IES privadas.

Em seguida destaca-se o programa dos governos de reserva de vagas para estudantes oriundos das camadas mais pobres da sociedade. Podem concorrer a estas vagas, pessoas que se declaram negras, índios, estudaram em escola pública durante o ensino médio ou que cursaram o ensino médio em escola particular, mas com bolsa

integral durante todo o curso. Com as cotas, é possível tentar recuperar as diferenças entre as classes originalmente diferentes, isto é, pessoas pertencentes a classes mais ricas tendem a colocar seus filhos em melhores escolas, que tendem a possuir melhores e maiores conhecimentos, tendo uma vantagem significativa sobre aqueles que não puderam realizar seus estudos em boas escolas (Bourdieu, 2007). Ao lançar mão do sistema de cotas, o governo também procura resolver o problema de acesso ao ensino superior especialmente para aqueles indivíduos que podem ser beneficiados com o sistema.

Por fim, nos programas de fornecimento de acesso ao ensino superior, destaca-se o Educa Mais Brasil. Apesar de não ser operacionalizado pelo governo, dentro da perspectiva de Secchi (2012) é possível considerá-lo como uma política pública pela sua natureza e objetivo. Ao tentar resolver um problema coletivo, ainda que seja um ente privado, a ação pode constituir-se uma política pública. O Educa Mais Brasil é um programa de inclusão educacional do país, permitindo que estudantes impossibilitados de pagar uma mensalidade integral tenham acesso a instituições de ensino particulares através de bolsas de estudo parciais (EDUCA MAIS BRASIL, 2014).

Em uma breve consideração sobre os programas acima mencionados, é possível compreender que o governo escolheu definir como um problema da sociedade brasileira a falta de acesso ao ensino superior dos indivíduos de baixa renda. Assim, o governo amplia as vagas com novas vagas e universidades públicas, permite que novas IESs privadas sejam abertas, e consequentemente, fornecendo bolsas de estudos aos estudantes e por fim, ainda instituiu o sistema de cotas nas universidades públicas. Com todo este aparato, era de se esperar o sucesso na melhoria dos indicadores de educação superior no Brasil. Entretanto, o que se tem observado é algo completamente diferente e que já vem sendo contestado em outros estudos como os de Zago (2006), Heringer (2002), Dourado (2002), Catani, Hey e Gilioli (2006), Cunha (2004). Assim, não basta garantir o acesso ao ensino superior, é preciso garantir que os resultados sejam alcançados e isto só pode acontecer com um sistema de avaliação que garanta que as políticas públicas do ensino superior sejam efetivas, ao garantir o acesso, forneça ensino de qualidade para garantir igualdade de oportunidades aos alunos.

Metodologia

Este trabalho classifica-se como descritivo pois pretende descrever um fenômeno a partir dos diversos atores sociais com ele envolvidos. Tem uma abordagem qualitativa e quantitativa, pois utilizou métodos de coleta e tratamento de dados das duas abordagens. No caso da abordagem qualitativa, tratou dados coletados em documentos de órgãos ligados ao Ministério da Educação (MEC). Na parte quantitativa, o trabalho utilizou parte de um questionário aplicado a alunos e egressos do curso de administração das IESs localizadas na região em estudo. O questionário possuía 78 questões com afirmativas que buscaram compreender a percepção dos estudantes e egressos sobre os processos de avaliação do ensino superior. Neste, foram inseridas afirmativas associadas ao papel do governo, da sociedade, do mercado e da própria IES, para as quais o respondente tinha as opções entre discordo totalmente a concordo totalmente em uma escala de Likert de cinco pontos. Aqui procurou-se investigar se os estudantes e egressos percebem estes atores adotando posturas que ajudem a avaliar e consequentemente melhorar o ensino superior no Brasil.

Além das afirmativas, foram coletadas outros dados que ajudaram a construir o perfil dos estudantes tais como sexo, profissão atual, remuneração, expectativa de cargo após a formação, tempo dedicado aos estudos, papel da família na formação do estudante, papel do governo na melhoria da qualidade das IESs, entre outras informações.

O questionário foi aplicado em visitas a seis IESs da região, das sete existentes, para todos os estudantes do primeiro ao oitavo semestre. Os egressos foram contatados através de email onde constava o questionário semelhante ao aplicado com os estudantes. Dos mais de 700 questionários enviados, apenas 81 foram devolvidos preenchidos. Foi usada questionário online na plataforma Google Docs para esta coleta de dados. O tratamento dos dados se deu para a parte dos documentos a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2012), enquanto a parte dos questionário foi tratada a partir de estatística descritiva. No caso da análise de conteúdo, buscou-se compreender o papel do governo na avaliação do sistema de ensino superior. Em termos objetivos, serão apresentadas as políticas públicas para a educação superior, ao tempo que serão analisadas como são os processos de avaliação das IESs de modo que se garanta a qualidade do ensino, e melhore as possibilidades de sucesso dos estudantes de IESs que não estão listadas entre as de melhor qualidade no Brasil.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, foram utilizados os questionários apenas com os estudantes do curso de administração das IESs da região em estudo, como uma pesquisa exploratória. Entende-se que isso limita as análises e generalizações, mas já permite algumas inferências sobre a percepção destes alunos sobre os processos de avaliação e a qualidade do ensino superior em uma região do Brasil.

Apresentação e Análise dos Dados: o Sistema de Avaliação do Ensino Superior

A região em estudo é a cidade de Feira de Santana, na Bahia, que se constitui em uma região metropolitana com cerca de 20 cidades, e que reúne os principais serviços públicos fora da capital baiana. Nela também estão as principais empresas fora da capital, atraídas, principalmente, por incentivos fiscais oferecidos pelo governo do estado e pela prefeitura municipal da cidade. Localizam-se nesta região grandes empresas nacionais e multinacionais como a Nestlé, Pirelli, Siemens, entre outras de grande e médio porte. Nesta região existem 7 IESs sendo duas públicas e 5 particulares.

O sistema de avaliação do ensino superior no Brasil é de responsabilidade do Ministério da Educação através dos órgãos a ele são subordinados. Esta atribuição está descrita no artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996). Esse sistema de avaliação deve estar vinculado aos próprios objetivos da educação bem como aos princípios gerais do ensino no Brasil. No que se refere aos princípios, a LDB destaca que a educação deve nortear-se, entre outros, pelos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; garantia de padrão de qualidade e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, ART 2º). E em relação ao ensino superior, a mesma lei destaca que a educação superior tem por finalidade, entre outras “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira” (Brasil, 1996, ART 43)

Assim sendo, todo o sistema de avaliação do ensino superior deve convergir para garantir aos seus usuários, sejam do ensino público ou privado as condições de igualdade de oportunidades, e a qualificação profissional que garantiria a todos as chances de um igual desempenho no mundo do trabalho. A partir destas atribuições o governo se estrutura através do Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior (SINAES) que se constitui em um sistema composto por diversos órgãos do governo. Os órgãos envolvidos neste processo são Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Superior (SESu), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Segundo INEP (2009), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo (Inep, 2009, p. 92)

Cada um destes órgãos tem funções específicas no SINAES. Registre-se ainda que no âmbito do MEC, ainda há duas outras secretarias além da SESu que são responsáveis por áreas específicas na educação superior: a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec) e a Secretaria de Educação à Distância (Inep, 2009, p. 46).

A SESu tem a responsabilidade de “planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior e supervisionar as IESs mantidas pela União e pela iniciativa privada” (Inep, 2009, p. 48). Por sua vez o INEP é responsável entre outras coisas pelo sistema de informação e documentação do sistema de ensino, além da elaboração e implementação dos projetos e sistemas de avaliação educacional. Por último, destacam-se as atribuições do Conselho Nacional de Educação (CNE). Entre essas atribuições podem ser citadas as seguintes:

analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior; deliberar sobre normas a serem seguidas pelo Poder Executivo para a autorização, o reconhecimento, a renovação e a suspensão do reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior (Inep, 2009, p. 53-54)

Assim sendo, ao analisar as atribuições dos órgãos que compõem o SINAES, percebe-se um conjunto integrado de órgãos que poderiam garantir a qualidade do ensino superior oferecido no Brasil. Entretanto, é necessário investigar a eficácia das ações de avaliação realizadas por cada um dos órgãos do sistema. Além dos órgãos vinculados ao SINAES, o governo entende que o processo de avaliação do ensino superior, que pode estender-se a outros níveis educacionais, deve abranger outros atores, principalmente aqueles que podem ser beneficiados com a existência do ensino superior de qualidade. Por isso o INEP destaca:

Além da ideia de integração e de articulação, é também central, no conceito deste sistema, a participação. Professores, estudantes, funcionários, ex-alunos e outros grupos sociais concernidos – devem se envolver, juntamente com os representantes do governo, nos processos avaliativos, realizando ações coletivamente legitimadas (Inep, 2009, p.92)

Ao destacar a importância de outros atores no processo de avaliação, o governo busca construir uma rede de interlocutores que possam também contribuir com a qualidade do ensino superior conforme destacado nas

diretrizes postas na LDB. E a participação amplia a capacidade de fiscalização do governo que não consegue verificar *in loco* a real situação das IESs no Brasil. Entretanto questiona-se a capacidade desses demais atores de participarem do processo de avaliação, já que nem todos possuem conhecimento técnico adequado para tais procedimentos. Isto pode ser visto, por exemplo, em pesquisas sobre a educação básica em que pese todas os indicadores ruins de qualidade, os pais dos alunos das escolas públicas estão plenamente satisfeitos com a educação que seus filhos recebem (Inep, 2013).

Os processos de avaliação das IESs envolvem o credenciamento de novas instituições e cursos, credenciamento de centros universitários, recredenciamento e a avaliação das condições de ensino, que abrangem o exame de documentos fiscais, parafiscais e acadêmicos das IESs, visitas de verificação às próprias IESs. E no que se refere às instituições, o procedimento central observado é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que constitui o compromisso da instituição com os órgãos do governo(Inep, 2009)

No que se refere aos indicadores de qualidade utilizados pelo SINAES podem ser destacados: o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). Segundo o INEP (2011),

Esses indicadores orientam as avaliações realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e são medidas da qualidade dos cursos e das Instituições do país, utilizados tanto como referenciais no desenvolvimento de políticas públicas para a Educação Superior quanto como fonte de consultas pela sociedade. (Inep, 2011, p. 5)

Importante o registro do trecho acima na medida em que deixa claro que os indicadores de desempenho do ensino superior no Brasil tem entre outras finalidades, a orientação sobre as políticas públicas, discussão que está posta neste artigo que investiga o papel do governo, através das políticas públicas de educação superior, na transformação dos estudantes.

O ENADE é a avaliação que se faz da aprendizagem do estudante, em função dos conteúdos programáticos que devem estar alinhados com as diretrizes curriculares do respectivo curso, bem como as suas habilidades e competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Brasil, 2004)

A avaliação realizada através do ENADE pretende identificar a capacidade de aprendizagem do estudante bem como o oferecimento por parte da IES dos conteúdos necessários para que o estudante tenha a possibilidade de cumprir o que consta na LDB sobre os objetivos do ensino superior: formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua (Brasil, 1996).

O CPC é outro indicador de qualidade dos cursos de graduação. Ele é composto a partir de informações de infraestrutura, de recursos didático-pedagógicos, de corpo docente, do desempenho obtido pelos estudantes concluintes no Enade e dos resultados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) (Inep, 2011, p. 14)

O CPC apresenta-se como mais completo e complexo para a mensuração da qualidade das IES, na medida em que contempla diversos aspectos que estão diretamente vinculados às ações e investimentos realizados pelas IESs. Incluem-se nestes aspectos disponibilidade e acesso a materiais bibliográficos, bem como acesso a base de dados para pesquisa, os recursos oferecidos aos docentes e alunos que possam promover e melhorar o processo de ensino-aprendizagem. O CPC é uma medida melhor do que o ENADE sozinho porque pondera o resultado provocado pela individualidade presente na realização das provas realizadas pelo aluno. Enquanto a nota do ENADE depende fortemente da disposição do aluno em responder às questões, o CPC possibilita a minimização dos erros e decisões individuais dos alunos, minimizando, em tese, as queixas de coordenadores de cursos sobre a falta de instrumento de controle e incentivo do governo para que os estudantes se sintam obrigados a responderem com honestidade às questões do ENADE.

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) consolida informações relativas aos cursos superiores constantes dos cadastros, censo e avaliações oficiais disponíveis no INEP e na CAPES (Brasil, 2008). Ele é uma média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da Instituição. O conceito da graduação é calculado com base nos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC), e o conceito da pós-graduação *stricto sensu* é calculado a partir de uma conversão dos conceitos fixados pela Capes. Para ponderar

estes conceitos, utiliza-se a distribuição dos estudantes da IES entre os diferentes níveis de ensino (Graduação, Mestrado e Doutorado) (Inep, 2011, p. 24)

Inclui gráfico 1

No gráfico 1 que apresenta os resultados médios das IESs da região em análise as notas médias de CPC, IGC e ENADE estão muito próximas, demonstrando uma certa coerência entre os indicadores aqui analisados. Estas informações servirão como base para confrontar os investimentos em políticas públicas realizadas pelos governos, principalmente no que se refere aos gastos diretos com o ensino superior, incluindo os recursos do PROUNI e FIES.

Em uma política pública é necessário que se avalie os seus resultados, conforme descrito pelo INEP(2011) que destaca que o uso destes indicadores serve para orientar as políticas públicas de educação superior. Neste sentido, espera-se que a evolução dos investimentos em educação superior, seja no setor público ou privado, tragam como consequência, não somente o aumento do número de indivíduos que acessam e permanecem no ensino superior, mas igualmente aumentem a capacidade intelectual do país como destacado na LDB, como função do ensino superior.

Se o PROUNI se constitui na principal política pública de acesso ao ensino superior para as classes de baixa renda, é preciso pensar em ir além do acesso e permanência no ensino superior. O gráfico 2 mostra a evolução das bolsas concedidas pelo PROUNI para alunos da região em estudo. Com exceção de 2005 e 2008 em que houve picos de concessões de bolsas, há uma tendência crescente no número de bolsas fornecidas pelo governo. Entretanto o que chama a atenção, dentro do campo da avaliação das políticas públicas é que não parece haver uma relação precisa entre a quantidade de bolsas fornecidas pelo PROUNI e a melhoria da qualidade do ensino das IESs que atuam na região em estudo quando se compara a evolução dos indicadores de qualidade medidas no gráfico 1 e a quantidade de bolsas concedidas conforme gráfico 2.

Inclui gráfico 2

Em termos gerais, o número de bolsas do PROUNI aumentou entre 2006 e 2012, cerca de 81,05%, enquanto a evolução dos indicadores de qualidade medidos pelo CPC, ENADE e IGC aumentaram muito pouco. O indicador do ENADE cresceu 2,18% entre 2005 e 2012, o CPC cresceu 21,25% entre 2009 e 2012, enquanto o IGC cresceu 4,90% entre 2007 e 2012.

Além do fraco crescimento destes indicadores de qualidade, registre-se conforme gráfico 1 que o desempenho das IESs é muito fraco em todos os indicadores, o que certamente compromete o desenvolvimento intelectual dos estudantes, impedindo o alcance dos objetivos destacados na LDB. Além disso, o baixo desempenho das IESs acaba reforçando um aspecto que tem sido objeto de estudos na região: a baixa inserção dos egressos de IESs da região em cargos considerados estratégicos nas grandes organizações da região e fora dela, o que tem tido como consequência a inserção dos egressos em cargos de menor expressão no mercado como assistentes, auxiliares, vendedores, para o caso da amostra da pesquisa aqui indicada para os egressos do curso de administração.

Ainda no campo da comparação entre investimento público no ensino superior e o desempenho das IESs, destaca-se o aumento significativo dos gastos por estudantes. Entre os anos de 2000 e 2011, o gasto com este nível, no governo federal aumentou 14,62% em valores corrigidos pelo IPCA. Esse aumento de investimento por aluno também é muito superior ao crescimento percebido nos indicadores de qualidade avaliados pelo MEC. Outra vez, as políticas públicas de educação superior conseguem ser efetivas nas fases de formulação e implementação, mas não conseguem ser afetadas pelos resultados relativamente pequenos quando se compara com os investimentos realizados pelo governo.

Em termos monetários, o governo gastava R\$ 8.927,00 em 2000 por estudante do ensino superior, contra R\$ 20.690,00 em 2011. Estes valores corrigidos pelo IPCA totalizam R\$ 18.050 em 2000 e R\$ 20.690,00 em 2011 (Inep, 2014).

Outra medida que reflete o aumento dos gastos em educação superior, é o quanto o governo federal gasta em relação aos demais gastos sociais no país. Do total dos gastos sociais em 2000, o governo reservou 2,8% para o ensino superior. Em 2011, esse total passou para 3,3% do total dos gastos sociais. Isso revela mais uma vez o aumento dos gastos com esse nível de educação. Por outro lado, ainda ao comparar este aumento do percentual

de gastos com educação superior no total dos gastos sociais, percebe-se um aumento superior à evolução dos indicadores de qualidade das IESs aqui representadas (tabela 1).

Incluir tabela 1

Outra perspectiva de avaliação realizada por este trabalho de pesquisa investigou a percepção de alunos e egressos do curso de graduação em administração das IESs da região indicada sobre questões que as atividades de avaliação do governo sobre as IESs, atividades de controle social pela sociedade e especialmente sobre a percepção deles sobre a qualidade do ensino. Como dito anteriormente, apenas o curso de administração foi utilizado como pesquisa exploratória. Na tabela 1, chamamos à atenção para os códigos constantes na coluna 1. Est refere-se à percepção do aluno sobre a importância do nível superior, Go1, Go2, Go3 e Go4 referem-se à percepção do aluno sobre o governo; Soc1, Soc2, Soc3, Soc4 referem-se à percepção dos alunos sobre a sociedade em relação às IESs e ao governo, IES1, IES2, IES3 e IES4 referem-se à percepção dos alunos sobre as IESs.

Em primeiro lugar, alguns dados servem para ajudar a refletir sobre o discurso disseminado fortemente pelo governo, incorporado pelos estudantes, egressos e a sociedade de um modo geral que o ensino superior é o instrumento de mobilidade social. Esta percepção pode ser vista nas respostas das afirmativas Est, Soc1 e Soc2 que revelam a percepção dos estudantes sobre a necessidade de possuir nível superior.

Apesar da percepção destes estudantes e egressos, não tem sido possível perceber a tal mudança social quando estes estudantes realizam seus cursos em IESs, o caso da região em estudo, que não se configuram entre as mais bem renomadas no cenário brasileiro. Dos 81 respondentes egressos que participaram da pesquisa, apenas 14 deles estão inseridos em cargos denominados gerenciais e de administrador. Os demais cargos são majoritariamente profissões que não se configuram como necessariamente de exigência de nível superior como é o caso de assistentes administrativos, auxiliar de produção, vendedores, agente de saúde da família, etc. Por outro lado, da pesquisa que foi feita com empresas de grande porte na região em análise, em nenhuma delas foram encontrados egressos profissionais em cargos gerenciais que tenham sido formado por IESs da região (Silva, Alfaya, Dias e Souza, 2014), o que confirma a dificuldade de possibilitar aos estudantes dessas IESs o que a LDB propõe ao descrever os objetivos do ensino superior.

Para reforçar esta dificuldade de inserção profissional dos estudantes e egressos de IESs da região estudada, uma análise dos cargos mais encontrados na pesquisa envolvendo os 527 estudantes e 81 egressos se segue. Na categorização dos cargos obtidos na pesquisa de campo, foram criados 13 funções que vão do nível mais baixo, incluindo auxiliares de produção ao nível mais alto incluindo diretores, administradores. Neste processo, os cargos mais bem remunerados ou mais bem próximos da alta administração estariam localizados nas faixas a partir da classe 8. Dos dados obtidos, tanto para os estudantes quanto para os egressos, a concentração dos respondentes não ultrapassa a classe 7, demonstrando a falta de conquista de oportunidades por parte dos egressos das IESs da região. No caso dos estudantes, 97,53% se encontra até a faixa 7, e no caso dos egressos cerca de 87,34% se encontram até esta mesma faixa, demonstrando outra vez a baixa capacidade de inserção profissional dos egressos nos postos onde o status e remuneração são maiores e melhores.

Da mesma forma, quando se analisam os salários dos estudantes e dos egressos, as diferenças não são tão significativas. No caso dos estudantes em formação, a renda média dos 527 respondentes gira em torno de até 3 salários mínimos, totalizando 88,43% da amostra. Se elevarmos para a faixa de até 6 salários mínimos, a amostra consegue abranger 96,77% dos estudantes, o que demonstra a predominância de estudantes de baixa renda realizando seus cursos de graduação em administração nestas IESs. A situação dos egressos modifica um pouco, apesar de concentrar a maioria dos respondentes recebendo remuneração de até 3 salários mínimos que é o caso de 61,04% da amostra dos 81 respondentes. Se incluirmos os que tem remuneração até seis salários mínimos, a amostra globala 87,01% dos respondentes.

Ainda se destacam 10 respondentes que declararam receber remuneração de até 13 salários mínimos. Uma ressalva merece ser feita no caso dos 10 egressos que se situam na faixa de renda mais alta. Dos 10(dez) apenas dois podem ser considerados administradores. Os demais realizam atividades que não necessitariam ser de nível superior, muito menos em administração, e que realizaram o nível superior para melhorar sua forma de gestão, pois já eram empresários, corretores de seguros, funcionários públicos, supervisores de produção e bancário o que demonstra que o nível superior não foi determinante para a ascensão, no máximo para a manutenção do cargo no qual se encontrava o indivíduo.

Uma reflexão pode ser feita neste caso, principalmente relacionando estes dados com as respostas Est, IES1, IES2, IES3 e IES4 em que se avalia a capacidade das IESs da região colocarem seus estudantes em grandes organizações e possibilitarem a mudança social. As afirmativas IES1 e IES3 tiveram respostas discordantes em sua maioria. Parece que os egressos e estudantes não conseguem relacionar o desempenho das IESs nas quais estudam com os resultados pessoais. Parece que eles incorporam o discurso da sociedade, do governo e dos coordenadores de curso das IESs de que o sucesso profissional dos estudantes está atrelado quase que exclusivamente ao esforço do estudante, minimizando o papel da IES neste processo (Silva, Alfaya, Dias e Souza, 2014).

Entretanto, as afirmativas IES2 e IES4 obtiveram maiores níveis de concordância dos estudantes e egressos, ao perceberem que as IESs com menor visibilidade e qualidade têm maiores dificuldades de contribuir com a inserção profissional de seus alunos. Estas reflexões deveriam ser objeto de maiores debates tanto de parte do governo que deveria acompanhar de forma mais eficaz o desempenho das IESs, quanto da sociedade e também dos próprios alunos que deveriam assumir um compromisso maior com a busca da qualidade da IES onde realizam seus cursos desenvolvendo estratégias de cobrança de maior nível de qualidade do ensino que elas oferecem, já que isso vai contribuir fortemente com sua imagem no mercado de trabalho. Por fim, percebe-se que os respondentes não desenvolveram ainda uma visão mais correta e crítica da real situação na qual se encontram ao frequentar estas IESs.

As afirmativas Go1, Go2, Go3 e Go4 buscaram apreender a percepção de estudantes e egressos sobre o papel do governo na fiscalização das IESs o que em tese garantiria a qualidade exigida pelo mercado, igualando as chances de sucesso de estudantes em quaisquer lugares do país. Entretanto a avaliação dessa percepção concentra-se nas afirmativas Go2, Go3 e Go4. Nestas duas primeiras, há uma concordância dos estudantes e egressos com a visão de que o governo não consegue avaliar adequadamente as IESs, o que compromete as chances dos seus alunos. Os percentuais de concordância com as duas afirmativas superam os 50% (56,45% Go2 e 60,76% Go3) que reforça a falta de efetividade do governo em avaliar adequadamente o sistema de ensino superior, e que por sua vez compromete a eficácia das políticas públicas de educação para este nível.

O comprometimento da efetividade das políticas públicas de ensino superior pode merecer a seguinte reflexão. O PROUNI fornece bolsas de estudos para alunos de baixa renda cursarem o nível superior em faculdades privadas. As faculdades privadas em análise não possuem bom desempenho nos indicadores de qualidade criados pelo próprio governo. Essa situação acaba por permitir que os alunos oriundos dessas IESs não possuam as competências necessárias descritas na LDB e nem na legislação que criou o ENADE. Com isso, as chances de sucesso destes alunos são muito menores do que as de alunos de outras IESs mais bem preparadas.

Essa situação se materializa tanto no desempenho dos alunos no ENADE quando nos empregos que os egressos têm conseguido encontrar no mercado de trabalho: empregos de exigência no máximo de ensino médio sem nenhuma necessidade de formação superior. E isso se reforça pela falta de egressos do curso aqui analisado (administração) nas grandes empresas da região. Em resumo, o governo contribui de maneira direta com a falta de capacitação dos estudantes na medida em que não torna as avaliações das políticas públicas, especialmente o PROUNI, mais efetivas.

As afirmativas Soc3 e Soc4 buscaram verificar o grau de percepção dos estudantes e egressos sobre como a sociedade acompanha o desempenho das IESs em sua região. Os dados coletados indicam que menos de 50% dos respondentes concordam com as afirmativas. Em sendo assim, apenas 44,54% para a afirmativa Soc3 e 45,20% para a afirmativa Soc4 dos respondentes manifestam graus de concordância entendendo que a sociedade está de alguma forma acompanhando o desempenho das IESs e conseqüentemente dos seus alunos. É importante notar que de alguma forma, os estudantes e egressos têm uma visão negativa sobre o quanto a sociedade participa da fiscalização do ensino superior em sua região.

Registre-se que no SINAES há uma indicação de que os sistemas de avaliação do ensino superior sejam de tal modo transparente que permita os diversos atores da sociedade realizar também e coletivamente a avaliação ou acompanhamento do desempenho das IESs. Entretanto, o que parece ocorrer é a falta de acompanhamento do governo, que tem limitadas condições de supervisionar todas as IESs no Brasil, falta de acompanhamento de parte dos diversos atores da sociedade, incluindo a mídia, pais e os próprios alunos, o que acaba por dificultar a melhoria da qualidade do ensino superior na região.

Uma breve consideração sobre todos os dados aqui apresentados deve levar à reflexão sobre como articular o sistema oficial de avaliação, a sociedade, e outros atores neste processo como forma de garantir maior qualidade ao ensino superior no Brasil. Quando a LDB destaca que o ensino superior deve formar diplomados para

inserção profissional, percebe-se no caso analisado que estas IESs não conseguem cumprir esta determinação já que os egressos não têm conseguido inserir-se em setores profissionais e muito menos colaborar com o desenvolvimento da sociedade já que os conhecimentos demonstrados no ENADE por exemplo, são muito poucos.

Por outro lado o INEP manifesta sua intenção de inserir no contexto da avaliação do ensino superior atores como a sociedade, os alunos, professores, funcionários, etc. Entretanto, na percepção dos alunos e egressos, o governo não cumpre adequadamente sua função fiscalizadora, a sociedade também não se atribui a esta missão de avaliação, como se não fosse um problema seu. Entretanto, a baixa qualidade do ensino compromete a vida presente e provavelmente a vida futura pela falta de qualificações de seus membros.

Os dados do ENADE, CPC, IGC, bem como de quantidade de bolsas concedidas pelo PROUNI e FIES, além das cotas em universidade pública, e os investimentos realizados diretamente pelos governos não deveriam seguir muito distantes. Isto significa que a avaliação das políticas públicas deveria guardar relação com os indicadores de qualidade gerados pelas IESs que recebem de recursos públicos da sociedade que espera receber em retorno profissionais qualificados com possibilidades reais de empregabilidade nos cargos para os quais as IESs prometem, normalmente declarados em seus PDI, que são avaliados pelos órgãos de avaliação do MEC, mas que na prática o efeito negativo sobre os estudantes é facilmente percebido quando estes não têm conseguido inserção no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste trabalho mostraram que enquanto política pública de acesso ao nível superior, o PROUNI, O FIES, as cotas têm alcançado seus objetivos ao permitir que ano após ano cada vez mais sejam colocados indivíduos nas diversas IESs privadas e públicas no país. Entretanto, para alcançar os objetivos da LDB é preciso ir além do acesso e permanência, fazendo com que os ingressantes tenham a capacidade proposta nas diretrizes curriculares. Neste sentido, os indicadores criados pelo governo como o ENADE, IGC e CPC deveriam garantir o nível adequado de formação de modo que se dê ao egresso as competências e habilidades necessárias para o mercado de trabalho, coisa que o mercado tem cada vez mais reclamado.

Neste trabalho, percebeu-se que há um crescente investimento do governo refletido pelo aumento *per capita* desde o ano de 2000, bem como na quantidade de bolsas do PROUNI fornecidas pelo governo. Em contrapartida, o nível de qualidade não parece ter evoluído na mesma proporção. Isso demonstra em certa medida uma falta de rigor com o controle do dinheiro público na medida em que parece mais interessante aplicar dinheiro público de qualquer modo, uma vez que se financia IESs sem condições de retribuir à sociedade alunos capazes de contribuir com o progresso da sociedade.

A baixa qualidade das IES pode ser verificada nos dados do ENADE, IGC e CPC que ao longo do tempo aqui analisado, não se percebeu aumento significativo destes indicadores. E além disso, pela metodologia aplicada pelo MEC, há uma certa facilitação para a obtenção das notas uma vez que a forma de aproximação para o “conceito” é aparentemente benéfico às IESs. Este procedimento tende a minimizar a efetividade do controle e avaliação das políticas públicas efetivadas pelo governo.

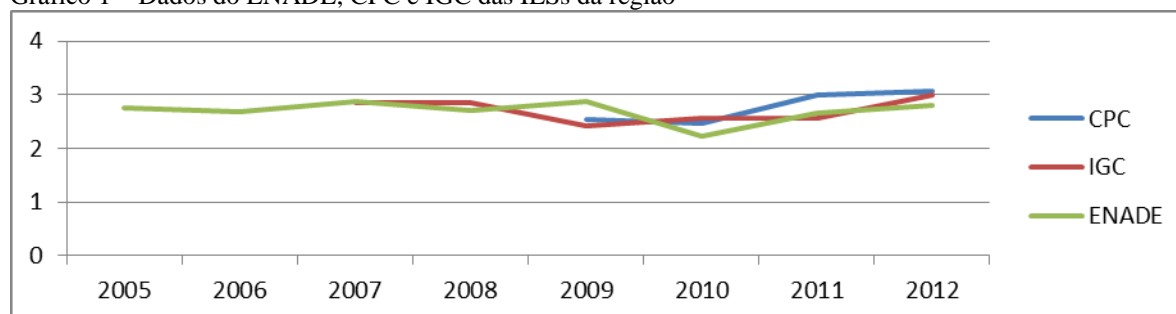
Para além do controle e avaliação das políticas públicas, viabilizadas pelos indicadores de desempenho das IESs, é preciso pensar no efeito sobre os indivíduos. O mercado tem sinalizado preferência por egressos de IESs já consolidadas e renomadas, o que limita grandemente as chances dos indivíduos oriundos das IESs da região aqui analisada. Se além disso, o governo, sociedade, pais e alunos não participam do processo de avaliação das IESs dificilmente haverá melhoria da qualidade do ensino superior em regiões como aqui estudadas. Neste sentido, se a política pública é para garantir a igualdade de oportunidades, a forma como se processam as avaliações não parece contribuir efetivamente com este objetivo. É preciso avançar para compreender os efeitos prejudiciais dos discursos construídos principalmente pelo governo, IESs, e outros atores que se beneficiam diretamente dos recursos públicos investidos no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L.(2012). Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70.
Bourdieu, P.(2007). Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes.
Brasil(2004). Lei nº 10.981 de 9 de julho de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior-SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 15 abr. 2004, .3-4
Brasil. (1996).Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996, p.27894

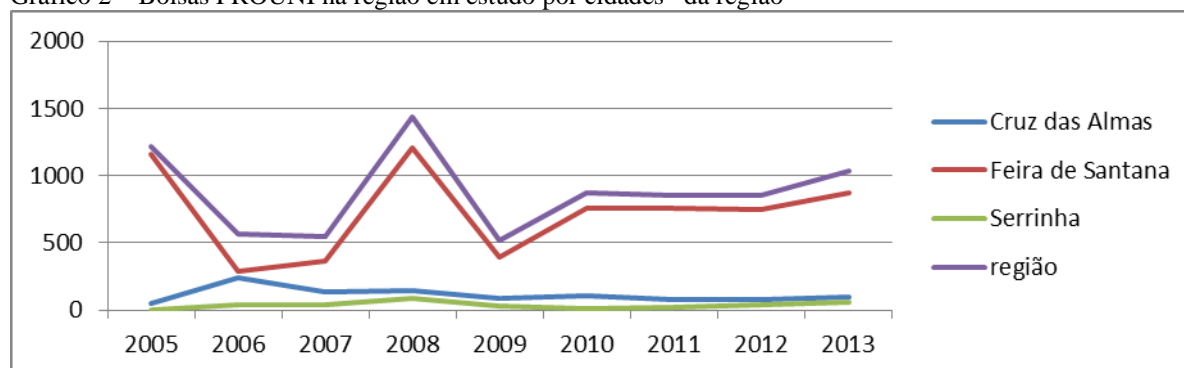
- Catani, A. M.; Hey, A. P.; Gilioli, R. de S.(2006). PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? *Educar*. N.28. 2006, p. 125-140
- Cunha, L. A.(2004). Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior- estado e mercado. *Educação e Sociedade*, v.25, n.88. Especial. Out.2004, p. 795-817
- Denhardt, R. B.(2012). *Teorias da Administração Pública*. São Paulo: Cengage Learning.
- Dourado, L. F.(2002). Reforma do Estado e as políticas para educação superior no Brasil nos anos 90. *Educação e Sociedade*. V.23, n.80, setembro. p.234-252
- Dye, T. R.(2010). Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Heidmann, F. G.; Salm, J. F. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 99-128
- Heidmann, F. G.(2010). Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, pp. 23-40
- Inep (2009)- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. SINAES- sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5. ed., revisada e ampliada – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Inep (2011) NEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira. Manual dos indicadores de qualidade 2011. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- Inep (2013) – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira. Nota metodológica: Indicadores de qualidade da educação superior 2012.Brasília: : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Secchi, L.(2012). *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, L. P.; Alfaya, T. V. P.; Dias, L. F. C.; Silva, J. S.(2014). O Papel das Instituições de Ensino Superior na Transformação das Classes Sociais de Estudantes de Cursos de Administração em Regiões Distantes dos Centros do Brasil: Uma Análise à Luz dos Conceitos de Bourdieu e da Teoria Institucional. *ENEO*.
- Zago, N.(2006). Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. V.11, n.32, maio/ago, .p. 226-237

Gráfico 1 – Dados do ENADE, CPC e IGC das IESs da região



Fonte: INEP

Gráfico 2 – Bolsas PROUNI na região em estudo por cidades da região



Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 1- Percepção de estudantes e egressos

Nº	Afirmativa	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Est	Possuir nível superior é importante, pois promove a mudança de vida das pessoas.	1,66	2,98	3,81	31,95	59,6
Go1	Eu estudo por causa dos programas de incentivo do governo.	64,9	8,61	8,11	13,41	4,97
Go2	Apesar de o governo oferecer possibilidades diversas de bolsas como PROUNI, FIES e cotas nas universidades públicas, o governo não cobra adequadamente dos alunos e das faculdades sobre o fraco desempenho deles nos exames nacionais como o ENAD.	7,12	15,4	21,03	31,95	24,5
Go3	O governo não fiscaliza adequadamente a qualidade da educação no Brasil, deixando que as faculdades ofereçam serviços de péssima qualidade, comprometendo o desempenho profissional dos seus alunos	9,77	17,05	12,42	38,74	22,02
Go4	O governo resolve o problema da igualdade de oportunidade de ingresso nos melhores mercados de trabalho ao oferecer bolsa de estudos para os alunos de baixa renda. Isso iguala as oportunidades dos indivíduos que saem de escolas consideradas de primeira linha e os alunos que se formam em faculdades menos reconhecidas pelo mercado	18,71	26,32	22,02	24,5	8,44
Soc1	Percebo que há uma pressão da sociedade para que todas as pessoas busquem o nível superior, mesmo que não seja necessário para aquele indivíduo.	8,44	11,09	17,05	37,09	26,32
Soc2	Percebo que quem não tem nível superior não é bem aceito na sociedade, por isso muitas pessoas cursam o nível superior.	14,4	19,37	14,07	36,75	15,4
Soc3	Percebo que há uma cobrança da sociedade (pais, meios de comunicação) para a melhoria da qualidade do ensino na Faculdade onde eu estudo.	15,73	15,4	24,34	31,46	13,08
Soc4	Percebo que a sociedade está atenta e acompanha as avaliações (ENAD, credenciamento e reconhecimento de cursos) realizadas pelo MEC e por outras organizações em relação à qualidade da Faculdade onde eu estudo.	18,05	19,54	17,22	31,29	13,91
IES1	Sei que terei muita dificuldade de ter uma carreira profissional de grande sucesso por cursar uma Instituição de Ensino Superior que não é bem classificada como de primeira linha	48,01	21,69	13,25	12,91	4,14
IES2	Tendo em vista as classes sociais existentes no Brasil, percebo que a formação superior em minha Faculdade permite mudança salarial, mas mantém os graduados deste curso na mesma classe social	13,08	18,54	24,01	34,6	9,77
IES3	Diferente das faculdades e universidades mais renomadas, a faculdade onde estudo não consegue inserir seus alunos nas grandes organizações, o que dificulta a mudança de classe social de seus alunos.	28,31	24,5	24,83	16,06	6,29
IES4	Apesar da existência de muitas faculdades, elas não oferecem a qualidade necessária para que os estudantes tenham bom desempenho profissional	10,93	18,05	14,4	37,91	18,71

Fonte: elaborado pelos autores – pesquisa de campo